

Altas Habilidades/Superdotação: desafios docentes na prática inclusiva

Felipe Fernandes de Almeidaⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Quixeramobim, CE, País

Lidiane Moura Barrozo Souzaⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Francisco Wagner Soares Oliveiraⁱⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil

1

Resumo

Este trabalho discute o papel das políticas públicas na inclusão e no desenvolvimento de habilidades estudantis no ambiente escolar, avaliando as potencialidades e os desafios vivenciados por professores no ensino de alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). A pesquisa, de abordagem qualitativa e método bibliográfico, fundamentado em Fleith (2009) e Pinheiro (2018), ademais documentos vigentes – LDB 9.94/96 (Brasil, 1996) e LBI (Brasil, 2015) para desmistificar ideias equivocadas sobre o tema. A coleta de dados ocorreu em maio de 2025, com análise de conteúdo baseada em Bardin (2016). Inicialmente, explorou-se a disseminação de mitos; em seguida, analisou-se o papel das políticas públicas no processo de inclusão e no desenvolvimento de habilidades; por fim, identificaram-se desafios enfrentados pelos educadores na efetivação do ensino para educandos com AH/SD. Conclui-se que o conhecimento científico é crucial para desconstruir pensamentos e condutas, garantindo o acesso, a permanência, o atendimento, o ensino e a aprendizagem desses estudantes.

Palavras-chave Educação Inclusiva. Altas Habilidades/Superdotação. Formação Continuada.

High Abilities/Giftedness: teacher challenges in inclusive practice

Abstract

This work discusses the role of public policies in the inclusion and development of student skills in the school environment, evaluating the potentialities and challenges faced by teachers in teaching students with High Abilities/Giftedness (HA/G). The research adopts a qualitative approach and bibliographic method, grounded in Fleith (2009) and Pinheiro (2018), as well as current documents – LDB 9.94/96 (Brazil, 1996) and LBI (Brazil, 2015) – to demystify misconceptions about the theme. Data collection took place in May 2025, with content analysis based on Bardin (2016). Initially, the dissemination of myths was explored; subsequently, the role of public policies in the inclusion process and skill development was analyzed; finally, the challenges faced by educators in effectively teaching students with HA/G were identified. It is concluded that scientific knowledge is crucial for deconstructing thoughts and behaviors, ensuring access, permanence, support, teaching, and learning for these students.

Keywords: Inclusive Education. High Abilities/Giftedness. Continuing Education.

1 Introdução

2

Quando se fala em Altas Habilidades/Superdotação (AH/DS), geralmente surge a ideia de um gênio, sujeito com capacidades além do normal e que consegue se sair bem em todas as áreas. É importante ressaltar que essa idealização, por vezes, é corroborada pelo discurso e pela prática docente, considerando que estes alunos serão capazes de obter êxito e sozinhos, nas diversas atividades, sem necessitar da contribuição do professor. No entanto, os pensamentos difundidos anteriormente são e estão ultrapassados e atrapalham o desenvolvimento dessas crianças e, por conseguinte, dos adolescentes (Mendes; Gomes, 2022).

Existem muitas visões comuns que ainda prevalecem dentro das sociedades atuais, como ressaltava Fleith (2009) em seus estudos, quando enfatizam que os superdotados são considerados, para a maioria das pessoas, no âmbito educacional, como alunos que têm a capacidade de aprender sozinhos e que se tornam mais maduros em relação a outros com idade semelhante.

É importante destacar que a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegurou-se políticas inclusivas, como se observa no artigo 3º no inciso IV que objetiva “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Neste contexto, a inclusão se legitima como um direito fundamental de todo brasileiro, preparando-o para o pleno exercício da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96 advoga no artigo 59º no inciso I assegura que “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos” devem ser utilizados para atender às necessidades de alunos com AH/SD. Ademais prevê no artigo 59º A que “O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior” (Brasil, 1996, n.p.),

propiciando o fomento de ações que contribuem para o pleno desenvolvimento do público mencionado.

3 É importante destacar que alunos com AH/SD necessitam de acompanhamento, de acordo com a Lei 13.146 (Brasil, 2015), conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), visando à inclusão de pessoas com deficiência. Deste modo, Souza, Pereira e Venâncio (2022) destacam que com a LBI garantiu-se através da legislação o acompanhamento deverá ser conduzido por profissionais de educação que estejam devidamente capacitados por meio de cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização que lhes permitam conhecer sobre a temática e, por conseguinte, preparar o profissional para atuar com maior expertise. Neste contexto, destaca-se a garantia do direito aos discentes de acessar e participar de todas as atividades desenvolvidas no ambiente escolar e, de modo consequente, a inclusão na sociedade como qualquer outra pessoa (Brasil, 2015).

Embora as políticas públicas voltadas aos alunos com deficiências não sejam uma temática nova, ainda se observa a falta de informações por parte da escola, da família e da sociedade que possibilite a construção de espaços verdadeiramente inclusivos.

É importante destacar que a invisibilidade de estudantes com AH/SD é permeada de mitos disseminados pela falta de formação inicial e continuada que fomentem reflexões e discussões que rompam com ideias errôneas disseminadas pelo senso comum, bem como pela necessidade de responder as dúvidas envoltas dessa temática. Vale ressaltar que o público citado fica a mercê de ações que contribuam com o desenvolvimento de suas habilidades, dentre as quais, pode-se citar a socialização.

A ausência de formação pode ser comprovada a partir de uma consulta às matrizes curriculares dos cursos de licenciatura, como é o caso da Universidade Estadual do Ceará, que apresenta apenas a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como proposta de trabalhar a inclusão. Contudo, o curso de Pedagogia da instituição já mencionada apresenta em sua grade a disciplina de Fundamentos da Educação Especial numa tentativa de oportunizar de forma generalista a

compreensão do conceito de Educação Especial, considerando a necessidade de discutir a atuação do pedagogo nos diversos espaços.

Logo, pode-se questionar quais os desafios encontrados na implementação das políticas públicas voltadas para a inclusão de educandos diagnosticados com Altas Habilidades/Superdotação dentro do ambiente escolar? De que forma o trabalho docente pode contribuir na desconstrução de estigmas e no desenvolvimento do protagonismo estudantil?

4

O objetivo deste trabalho é discutir o papel exercido pelas políticas públicas no ambiente escolar perante a inclusão e o desenvolvimento das habilidades estudantis, avaliando as potencialidades e os desafios do trabalho docente no ensino e no atendimento de estudantes diagnosticados com Altas Habilidades/Superdotação.

Este trabalho está estruturado deste em *Introdução* que favorece a realização de informações gerais sobre AH/SD a partir dos documentos vigentes: CF de 1988, LDB 9.394/96 e a LBI de 2015. Em seguida, apresenta-se a metodologia utilizada. *Os mitos e a invisibilidade de estudantes alto-habilidosos/superdotados* descrevem narrativas construídas a luz do senso comum; *As políticas públicas, o ambiente escolar e o processo de inclusão* abrange discussões que vislumbram os direitos educacionais conquistados ao longo do tempo; *Os desafios da docência na construção de práticas inclusivas de alunos com Altas Habilidades/Superdotação* fomenta reflexões sobre o processo formativo e os impactos deste no exercício profissional.

2 Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, buscando aprofundar as discussões sobre o papel exercido pelas políticas públicas dentro das instituições escolares, reverberando a inclusão e o desenvolvimento das habilidades de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Ademais adotou-se uma revisão sistemática da literatura que seguiu um protocolo explícito e abrangente para

mapear a produção científica sobre a temática ao longo das duas últimas décadas (Creswell, 2010).

Nesse contexto, a coleta de material e o desenvolvimento da pesquisa utilizaram-se da revisão de literatura sistemática, propiciando a construção de um resumo que contempla o objeto investigado (Okoli, 2019).

O desenvolvimento da pesquisa pautou-se no seguinte percurso: a identificação do objetivo; o planejamento do protocolo e treinamento; a aplicação de uma seleção prática; a busca da bibliografia; a extração dos dados; a avaliação da qualidade; a sintetização dos estudos e, por último, a escrita da revisão (Okoli, 2019).

A primeira etapa identificou o objetivo principal que é avaliar as potencialidades e os desafios do trabalho docente no ensino de estudantes diagnosticados com AH/DS. Além disso, guiou-se pela pergunta norteadora - Quais os desafios e potencialidades da atuação docente na efetivação das políticas públicas de inclusão para educandos com Altas Habilidades/Superdotação no cenário acadêmico-científico recente?

As buscas foram realizadas em plataformas e repositórios (Google Acadêmico e Scielo – Biblioteca Eletrônica Científica Online Brasil) que indexam trabalhos acadêmicos nacionais e internacionais, garantindo a amplitude da coleta, tendo como palavras chaves “Educação Inclusiva”, “Altas Habilidades/Superdotação” e “Formação Continuada”.

O recorte temporal foi definido para as duas últimas décadas, abrangendo o período de 2005 a 2025 que possibilitou uma análise da produção mais recente sobre as políticas públicas, como é o caso da Lei Brasileira de Inclusão, LBI/2015. Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada durante o mês de maio 2025.

Num primeiro momento, discutiu-se sobre os mitos e a invisibilidades de estudantes diagnosticados com Altas Habilidades/Superdotação sob a luz dos documentos vigentes e/ou de pesquisas recentes e/ou preferencialmente publicadas nas duas últimas décadas. Em seguida, investigou-se refletiu-se a importância das políticas públicas no processo inclusivo. E para concluir, as discussões teóricas,

buscou-se a percepção de possíveis relações entre a formação docente e o desenvolvimento do protagonismo estudantil alto habilidoso/superdotado.

As três categorias destacadas surgiram diretamente da construção da lógica que dialoga com o objetivo central dessa pesquisa, assim não emergiram a *posteriori* de uma análise indutiva, porém dos três aspectos essenciais que o autor se propôs a discutir no processo inclusivo de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e que se constituem como necessárias para responder ao problema apresentado no início desta pesquisa.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi à análise de documentos: CF/88, (Brasil, 1988), LDB 9.394/96 e a LBI 13.146/2015 possibilitaram a investigação dos desafios e das potencialidades do trabalho docente na promoção de uma Educação Inclusiva, tendo como proposta a análise do desenvolvimento das Políticas Públicas no protagonismo estudantil. Os dados obtidos foram analisados através do método da análise de conteúdo de Bardin (2016), permitindo a inferência e a interpretação dos dados a partir da análise dos temas centrais de cada categoria.

3 Resultados e Discussões

De acordo com Pérez e Freitas (2011), o fenômeno de invisibilidade experimentado por estudantes com Altas Habilidades/Superdotação frente à sociedade está associado à desinformação acerca da temática e das ações apresentadas pela legislação que norteiam o atendimento.

Ressalta-se ainda a ausência da formação docente que corrobore para a efetivação do seu trabalho e a representatividade de alto-habilidosos/superdotados se constituem como problemáticas que acentuam concepções errôneas e/ou mitos, logo algumas merecem destaque e são discutidas a seguir.

Uma ideia equivocada incorporada a este contexto é a de que quem sofre com a exclusão da sociedade e/ou quem precisa de atendimento especializado são apenas os alunos com deficiências físicas, entretanto sabe-se que os alunos com AH/SD também sofrem com o preconceito e com os mitos disseminados em nossa

sociedade. Nesta perspectiva, em diversas situações esses educandos sentem-se impedidos ou limitados ao desenvolverem seu potencial no âmbito escolar (Martins, 2020).

Rech e Freitas (2005) destacam que os mitos podem ser compreendidos como representações da coletividade alicerçadas em estereótipos e no caráter simplista das informações, considerando a imagem de um grupo de sujeitos que possuem características semelhantes. Assim, as ideias disseminadas fundamentam-se no senso popular e nascem da necessidade de explicar situações e/ou fenômenos.

Nesta perspectiva, os mitos que favorecem explicações quanto às origens de pessoas com Altas Habilidades/Superdotação, sendo chamados de “constituição”, abrangem tentativas de responder a relação de sujeitos alto-habilidosos e a genética, além do estímulo ambiental e os pais como responsáveis pelo desenvolvimento desta deficiência. Deste modo, surge um mito fortemente defendido por alguns educadores e familiares, indicando que os talentos poderiam ser passados dos pais aos filhos (Rech; Freitas, 2005).

Outra narrativa que merece destaque diz respeito à influência ambiental baseada em pensamentos deterministas, assim os sujeitos pertencentes às camadas populares não teriam condições favoráveis ao desenvolvimento de altas habilidades. Ademais, outra ideia, por vezes, disseminada é a associação com a meritocracia, na qual os pais mediante empenho e dedicação seriam os responsáveis na garantia do sucesso escolar (Pinheiro, 2018).

Fleith (2009) advoga que a diferenciação entre pais com e sem filhos com Altas Habilidades/Superdotação constitui em torno dos seguintes aspectos: atenção dada à vida acadêmica, aumento da interatividade e, por conseguinte, da comunicação acerca de expectativas e o envolvimento coletivo em determinadas atividades. Sendo que os pais de estudantes alto-habilidosos/superdotados geralmente são mais flexíveis e realizam maiores investimentos, oportunizando estímulos a inteligência.

Os mitos citados acima fortalecem negativamente a invisibilidade de estudantes alto-habilidosos/superdotados, visto que a família, a sociedade e a

escola tendem a construir ações de resistência quanto à identificação e, por conseguinte, na contribuição da escola frente ao atendimento e ao ensino destes educandos, considerando que o desenvolvimento independe de qualquer prática realizada pela instituição escolar.

Rech e Freitas (2005) chamam atenção para um grupo de mitos denominados “distribuição”, observando que parte dos profissionais da educação considera que as Altas Habilidades/Superdotação estariam condicionadas ao gênero e a classe social. Os sujeitos privilegiados não seriam pertencentes à classe econômica baixa, tendo em vista que as condições socioeconômicas não seriam favoráveis ao desenvolvimento.

Vale salientar ainda que neste campo é circundado por pensamentos que consideram ser negativa a identificação de estudantes alto-habilidosos/superdotados em detrimento de ações preconceituosas, embora se compreenda os benefícios de realizar-se um trabalho efetivo, voltado às suas necessidades.

Ademais a ideia de que o aluno com Altas Habilidades/Superdotação deve “ser bom” em todas as áreas do conhecimento é alimentada pela família e por vezes, pela escola, rechaçando as dificuldades que podem surgir ao longo do processo educacional e alimentando a imagem de uma pessoa bem-sucedida nas áreas profissional, acadêmica e econômica (Rech; Freitas, 2005).

Pinheiro (2018) expõe que a docência reproduz mitos que influenciam na vida de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, desconsiderando as possibilidades de fracasso e assumindo uma posição de pensamento utópico.

Em suma, a escola se constitui como um espaço privilegiado que proporciona a construção do conhecimento, permitindo a participação ativa dos sujeitos nos processos de ensino e aprendizagem.

Além disso, corrobora no fomento e no aprimoramento de políticas educacionais que promovam condutas e práticas alicerçadas no respeito e principalmente, no comprometimento de combater qualquer tipo de discriminação e garantir condições igualitárias de atendimento e de desenvolvimento (Lopes, 2014).

A universalização do processo educacional em consonância com práticas inclusivas dentro dos espaços escolares tem se efetivado como resultado às políticas públicas construídas ao longo dos últimos anos (Pereira; Santos, 2009).

Nesse sentido, pode-se ressaltar a relevância exercida pela democratização do acesso ao processo de ensino, assim as instituições educacionais apresentam como demanda a realização de um trabalho que favoreça a concretização da educação inclusiva.

9

É importante considerar que o acesso de todos os estudantes esteja atrelado diretamente à permanência mediante a um processo educacional pautado na qualidade, alicerçado no reconhecimento e na valorização das diferenças como fundamentais ao desenvolvimento de cada sujeito (Mantoan; Prieto, 2006).

As políticas públicas se efetivam como instrumentos que legitimam uma conexão entre cidadania e os contextos reais, ampliando as possibilidades de participação.

É notório que a falta de conhecimento em torno das AH/SD se constitui como um desafio dentro das escolas, visto que os profissionais da educação ainda não possuem total domínio das habilidades, todas como essenciais a um trabalho dotado de significado.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994, p. 5), a base para as escolas inclusivas:

[...] consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Evidencia-se o papel exercido pela convivência entre os estudantes e seus pares, oportunizando a construção de espaços e situações propícias ao

desenvolvimento de habilidades alicerçadas no respeito, no diálogo e na valorização da subjetividade do outro.

A educação inclusiva não é responsabilidade unicamente dos educadores, sendo uma ação coletiva que se vincula a adaptação de todo espaço escolar (Kassar, 2006).

Neste contexto, pode-se questionar o perfil dos estudantes com AH/SD, recorrendo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 9), observa-se a seguinte definição

[...] demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Destaca-se que esses alunos apresentam suas singularidades, assim não se pode determinar um conceito pronto e acabado, considerando que suas experiências favorecem a reformulação e/ou ressignificação deste. Nesse sentido compreende-se que as características se manifestam em espaços distintos.

Segundo Virgolim (2007, p. 11) corrobora que as pessoas superdotadas:

Não pertencem a um grupo homogêneo, de pessoas sobrenaturais. Na verdade, trata-se de um grupo heterogêneo, com características diferentes e habilidades diversificadas; diferem uns dos outros também por seus interesses, estilos de aprendizagem, níveis de motivação e de autoconceito, características de personalidade e principalmente por suas necessidades educacionais.

A compreensão da diversidade de características possibilita aos sujeitos o enriquecimento cultural, visto que o contato com as diferenças contribui na formação de indivíduos que reconhecem a importância da pluralidade de pensamentos como instrumento de valorização da identidade e de resolverem conflitos.

É assegurado ao aluno com Altas Habilidades/Superdotação o atendimento especializado. Sendo assim, o professor de atendimento educacional especializado (AEE) terá o papel de construir estratégias pedagógicas e metodológicas que

possam auxiliar os educandos no processo de ensino- aprendizagem, de modo que haja um acompanhamento (Brasil, 2010).

Além disso, a família e a escola precisam atuar em parceria, favorecendo uma inclusão efetiva dos alunos com Altas Habilidades/Superdotação, superando os desafios e ampliando as possibilidades de desenvolver as competências e habilidades dos educandos. Ressalta-se que a escola enquanto instituição de socialização dos sujeitos deve estar atenta às falas de estudantes, pais, professores, funcionários e comunidade local, no sentido de discutir problemáticas que estão presentes na sociedade e consequentemente, fazem parte do cotidiano escolar.

A identificação de alunos com Altas Habilidades/Superdotação é um desafio, exigindo da família e da escola suas parcelas de contribuição, pois ambas precisam construir ações de alinhamento, no sentido de oportunizar situações significativas as crianças e/ou aos adolescentes condições para avançar no processo de escolarização.

No que diz respeito às estratégias para identificar os educandos com Altas Habilidades/Superdotação, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial (Brasil, 2007, p. 55), orientam que:

A identificação e a avaliação do aluno com altas habilidades/superdotação têm se constituído um desafio para educadores e psicólogos. A simples rotulação de um indivíduo com altas habilidades/ superdotação não tem valor ou importância se não for contextualizada dentro de um planejamento pedagógico ou de uma orientação educacional.

O processo de identificação deve contemplar uma avaliação multidimensional, considerando a variabilidade dos instrumentos verídicos e fidedignos dispostos pela sociedade, bem como a observação e /ou análise de fontes distintas, as quais os educandos com AH/S possuem contato.

Segundo os dados estatísticos do Censo Escolar de 2024 (INEP, 2024), no Brasil há 44.171 estudantes matriculados diagnosticados com AH/SD, enquanto no ano de 2019 havia um número de 51.652 estudantes, conforme sinaliza o Censo Escolar de 2019 (INEP, 2019). As informações apresentadas revelam as dificuldades em diagnosticar e, por conseguinte, na realização de um trabalho que

garanta o pleno desenvolvimento das habilidades e/ou competências dos educandos.

Os autores Sabatella e Cupertino (2007) enfatizam que os educadores, atuantes em salas com alunos superdotados, têm responsabilidades, bem como possibilidades de mudar os padrões de ensino para melhor atendê-los. Neste sentido, é importante analisar o papel desempenhado pelas formações, no sentido de possibilitar aos docentes ferramentas que rompam com quaisquer tipos de barreiras que impeçam o desenvolvimento de alunos com Altas Habilidades/Superdotação.

Lima (2012, p. 55) enfatiza que “a formação contínua não se efetiva distanciada de um projeto de desenvolvimento profissional que a sustente, estando implícito nisso os sonhos, a vida e o trabalho do professor.”

Neste contexto é essencial falar e questionar os modelos de formação continuada dos professores, assegurando ao docente em pleno exercício, a (re)construção de saberes que são inerentes ao seu labor cotidiano, alicerçando-se em conhecimentos que possuem um caráter didático-pedagógico, de modo que possibilitem a relação entre teoria e prática, repercutindo na sistematização do currículo.

Ressalta-se ainda que esta será considerada significativa quando favorecer contribuições para o desenvolvimento profissional docente no âmbito escolar e, por conseguinte, na melhoria da aprendizagem.

É fundamental frisar que o aluno é o foco principal dessa discussão, assim deve ser compreendido diante de problemáticas que interferem no acesso de serviços. A escola se constitui como uma porta voz na oferta e na garantia da construção de um espaço acolhedor, no qual o corpo docente e os funcionários possam atender às necessidades gerais e/ou individuais de cada sujeito que lhe possibilitem exercer sua autonomia e o seu protagonismo.

Rosemarin (2009) afirma que um dos papéis fundamentais do professor é compreender as necessidades cognitivas e afetivas do aluno, em casos de estudantes com AH/SD não podem ocorrer de forma diferente.

Sendo assim, faz-se necessário que os objetivos do processo de ensino estejam em concordância com as necessidades do educando; por esse motivo entende-se que a formação profissional se desenvolva fundamentada em valores éticos e humanistas que pautem seu trabalho em práticas de mediação e de facilitação da aprendizagem.

Vale salientar a relevância da interação entre educador e educando, nessa perspectiva Freire (2016, p. 12) afirma que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”, assim a construção do conhecimento se dá numa troca. Salienta-se que os processos de ensino e aprendizagem nascem de uma ação coletiva fortalecida pela experimentação e, por conseguinte, pelo resultado desta.

Neste sentido, a docência necessita da deiscência e vice-versa, tomando por base os papéis exercidos por estas numa dimensão desenvolvimentista e transformadora.

É de conhecimento que ocorre a formação para professores em relação à educação inclusiva, no entanto, a mesma deve ser adequada a cada situação. Desta forma é importante frisar o que diz Mitjáns Martínez (2005) quando afirma que a preparação do professor para atuar na educação inclusiva é de suma importância, mas ressalta que também é necessário considerar qual tipo de preparação é a mais adequada.

Compreende-se que a formação possa ser insuficiente para casos de alunos com AH/S quando esta visa apenas preparar de uma forma generalista ao processo de inclusão. É evidente que no Brasil ainda é possível notar diversas dificuldades para a formação de alunos com altas habilidades ou superdotados, isso se deve ao fato de que os profissionais da educação ainda não dominam os conhecimentos necessários e/ou não possuem as ferramentas adequadas.

Alencar (2007) diz que a superdotação no Brasil ainda está acompanhada de muitas ideias equivocadas, por isto considerada como um fenômeno raro. Essas ideias impedem e dificultam o direcionamento do trabalho do educador para promover o desenvolvimento do aprendiz com Altas Habilidades/Superdotação.

A educação se comporta como uma ferramenta de acesso e, por conseguinte, de ampliação da cidadania dos sujeitos inseridos no ambiente escolar através de práticas formalizadas, possibilitando a sistematização de conhecimentos acumulados pelo homem e que corroboram na apropriação de bens culturais revelados pelo seu caráter histórico (Silveira; Nader; Dias, 2007).

Araújo (2017, p. 116) afirma que “[...] A escola é parte da sociedade que a envolve e, por isso, coexiste com ela e não sozinha. A tão desejada escola inclusiva é possível, mas só teremos uma sociedade inclusiva no dia que não for mais preciso falar sobre inclusão.”

O processo de inclusão é desafiador, e por vezes, utópico, considerando que os entraves estão presentes no diagnóstico, na formação docente, na função social da escola e no papel desempenhado pela comunidade escolar na consolidação de um processo repleto de sentido e de significado.

Neste contexto, as instituições educacionais sentem-se perdidas e os professores não sabem como devem proceder e/ou ajudar no desenvolvimento das capacidades específicas dos educandos. Ressalta-se que a finalidade no reconhecimento de alunos com AH/S devem favorecer propostas interventivas, corroborando com o respeito aos diferentes modos de aprender, de pensar e de agir (Araújo, 2017).

Neste cenário, deve-se realizar a adequação do espaço escolar para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, garantindo o pleno exercício da cidadania aos educandos sob uma perspectiva crítica e participativa na efetivação de uma aprendizagem significativa. Logo, o currículo parte da vida da sociedade, no sentido de conhecer, discutir e apontar soluções para as problemáticas vivenciadas por milhares de brasileiros.

Os processos de ensino e aprendizagem não podem ser vislumbrados mediante a reprodução de práticas e posturas discordantes de um fazer que nega e marginaliza a pluralidade. Assim, não será o fato de não vivenciar situações de preconceito que devo anular a existência deste faz-se necessário conscientizar cada sujeito e, por conseguinte, emponderá-lo para combater qualquer ação pautada na discriminação (Dias, 2016).

4 Considerações finais

Este trabalho se dispôs discutir o papel exercido pelas políticas públicas no ambiente escolar perante a inclusão e o desenvolvimento das habilidades estudantis, avaliando as potencialidades e os desafios do trabalho docente no ensino e no atendimento de estudantes diagnosticados com Altas Habilidades/Superdotação.

Neste sentido, o conhecimento científico exerce um importante papel na desconstrução de pensamentos e condutas numa perspectiva de garantir o acesso, a permanência, o atendimento, o ensino e a aprendizagem dos estudantes alto-habilidosos/superdotados.

Vale ressaltar que as políticas públicas, fruto de lutas antigas, reverberam-se em nossa sociedade contemporânea, fortalecendo ações que perpassaram o campo teórico e se efetivaram na prática escolar.

Nesta perspectiva, a inclusão deve ser sistematizada como uma ação permanente e de responsabilidade de todos os agentes que fazem parte do ambiente escolar, rechaçando toda e qualquer prática preconceituosa e reforçando o compromisso em construir um ambiente acolhedor.

A formação inicial e continuada dos docentes é um dos entraves que deve sofrer alterações em prol do contato com a legislação vigente, possibilitando a experimentação de situações que exijam um olhar sensível aos educandos com Altas Habilidades/Superdotação, promovendo um trabalho direcionado que auxilie no desenvolvimento de suas potencialidades.

A proposta deste trabalho não é enaltecer a busca desenfreada por diagnósticos, visto que este processo exige uma ação conjunta e multiprofissional, porém de refletir sobre a invisibilidade vivenciada por estudantes alto-habilidosos/superdotados.

Neste sentido, o desconhecimento e a resistência dão lugar a efetivação do respeito às singularidades dos sujeitos, oferecendo-os condições adequadas de autoconhecimento, autodescoberta e o pleno exercício da cidadania permeado pela

participação em cada etapa.

Referências

ALENCAR, E. M. L. S. Características socioemocionais do superdotado: questões atuais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 371-378, maio/ago. 2007.

ARAÚJO, P. C. M. A. Considerações sobre a formação docente na perspectiva da inclusão escolar. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Programa de Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis-SC, v.13, n. 3, set/dez. (2017).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial. **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**: Vol. 1. Orientação a professores? (D. de S. Fleith, Org.). Brasília, DF: Autor, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 11, de 07 de maio de 2010**. Orientações para a Institucionalização na Escola, da oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE em salas de recursos multifuncionais. MEC/SECADI/DPEE. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Tradução de Magda Lopes.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

DIAS, A. A. **A escola como espaço de socialização da cultura em direitos humanos**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB. 2016.

FLEITH, D. S. Estudo comparativo sobre superdotação com famílias em situação socioeconômica desfavorecida. Marília, **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 1, p. 155-170, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2024**. Brasília: INEP, 2024. Acesso em: 17 mai. 2025.

KASSAR, M. C. M. Integração/Inclusão: desafios e contradições. Em: BAPTISTA, C. R.; BEYER, H. O. *et al.* (org). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 119–126.

LIMA, M. S. L. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. 1 ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

LOPES, S. A. A educação das relações étnico-raciais e os direitos humanos: uma ação afirmativa na seara educacional. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.3, n.2, 2014.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. Valéria Amorim Arantes (org.). 4ª edição. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MARTINS, T. A. **Crianças superdotadas**: desafios e verdades. Rio de Janeiro: Editora PQR, 2020.

MENDES, E. M; GOMES, A. M. **Educação e Superdotação**: desafios e possibilidades. São Paulo: Editora XYZ, 2022.

MITJÁNS Martínez, A. Inclusão escolar: desafios para o psicólogo. Em: MITJÁNS Martínez, A. (Org.), **Psicologia Escolar e compromisso social** (p. 95-114). Campinas, SP: Alínea. 2005.

OKOLI, C. Guia Para Realizar uma Revisão Sistemática de Literatura. **EaD Em Foco**, v. 9, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.748>
PEREIRA, C. L.; SANTOS, M. Educação Inclusiva: Uma Breve Reflexão sobre Avanços no Brasil após a Declaração de Salamanca. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 265-274, 2009.

PÉREZ, S. G. B.; FREITAS, S. N. Encaminhamentos pedagógicos com alunos com Altas Habilidades / Superdotação na Educação Básica: o cenário brasileiro. Curitiba, **Educar em Revista**, n. 41, p. 109 – 124, 2011.

PINHEIRO, L. N. **A (in)visibilidade dos estudantes alto-habilidosos e a**

produção do fracasso escolar: faces da escola capitalista e seus impactos na educação brasileira. Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018.

RECH, A. J. D.; FREITAS, S. N. Uma análise dos mitos que envolvem os alunos com altas habilidades: a realidade de uma escola de Santa Maria / RS. Santa Maria, **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 11, n. 2, p. 295 – 314, 2005.

ROSEMARIN, L. M. O papel do professor no desenvolvimento de estudantes superdotados. In: FÁVERO, O. et al. (Org.). **Educação de superdotados:** perspectivas e questões atuais. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. p. 115-132.

SABATELLA, M, L.; CUPERTINO, C. M. B. Práticas educacionais de atendimento ao aluno com altas habilidades/superdotação. In: FLEITH, D. S. (Org.). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p. 67 - 80.

SILVEIRA, R. M. G.; NADER, A. A. G.; DIAS, A. A. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos** – versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SOUZA, S. T. B. de; PEREIRA, A. S. M.; VENÂNCIO, L. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 4, p. e48178, 2022. DOI: 10.47149/pemo.v4.e48178. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/8178>. Acesso em: 28 set. 2025.

VIRGOLIM, A. M. R. **Altas Habilidades/Superdotação. Encorajando potenciais.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2007.

ⁱ Felipe Fernandes de Almeida, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4769-9202>.

Universidade Estadual do Ceará

Licenciado em Matemática pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Juazeiro do Norte. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino (PPGEEN). Atualmente, Coordenador Pedagógico no Polo Educacional Osvaldo Martins de Almeida.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2590745354090612>

E-mail: felipe.almeida@aluno.uece.br

ⁱⁱ Lidiane Moura Barrozo Souza, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4769-9202>.

Universidade Estadual do Ceará

Graduada em Química pela Universidade Federal do Ceará (2011), especialização em Educação Ambiental (2019). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Ensino (PPGEEN). Atualmente é coordenadora escolar da EEMTI Poeta Otacílio Colares (SEDUC-CE)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0280199100104696>

E-mail: lidiane.moura@aluno.uece.br

iii **Francisco Wagner Soares Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9296-8200>.

Universidade Estadual do Ceará

Graduado em Licenciatura Plena em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Canindé. Professor do curso de Licenciatura em Matemática da FAFIDAM/UECE e do Programa de pós-graduação em Educação e Ensino PPGEEN/UECE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8974341675195397>

Email: wagneruece.oliveira@uece.br

Editora responsável: Arliene Stephanie Menezes Pereira Pinto

Recebido em 25 de setembro de 2025.

Aceito em 26 de outubro de 2025.

Publicado em 28 de outubro de 2025.

Como citar este artigo (ABNT):

ALMEIDA Felipe Fernandes de; SOUZA, Lidiane Moura Barrozo; OLIVEIRA, Francisco Wagner Soares. Altas Habilidades/Superdotação: desafios docentes na prática inclusiva. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2025.